



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
11/2020

Folha
1

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
03/07/2020

Responsável
Neusa Bueno



Videoconferência - Local: Sala de Apoio da SGGE, 21º andar do CAFF

REGISTRO

O **Conselheiro, Secretário de Inovação, Ciência e Tecnologia do RS, Sr. Luis Lamb**, fez a abertura da reunião saudando representantes do Ministério Público, Promotor de Justiça, Dr. Daniel Martini, Vice-Presidente do TJ RS, Des. Ney Wiedemann Neto, a FAMURS, representantes da Casa Civil, Secretarias, Conselheiros do setor privado, Deputados, Vereadores, e a todos os demais presentes. Informa que o Secretário Cláudio Gastal esta cumprindo agenda do Senhor Governador e solicitou que conduza a reunião para dar prosseguimento a pauta. Nesse momento, o **Governador Eduardo Leite** entra na reunião e esclarece que está em reunião da Reforma Tributária, sendo que alguns integrantes não estão presentes no CEDE, inclusive o Secretário Cláudio Gastal, devido este compromisso. Diz que estão discutindo um tema que se associa a questão da desburocratização que é a reestruturação tributária do Estado, o governo tem uma reforma preparada para o sistema tributário gaúcho, se conseguir efetivar, o RS terá o sistema tributário mais moderno dos Estados do Brasil, pois dentro da estrutura existente é possível melhorar muito a competitividade do nosso Estado; estão em reunião sobre esse assunto para, depois iniciar uma discussão pública sobre a reforma tributária; está bastante otimista em conseguir levar a efeito, por isso pede desculpas pela ausência de alguns membros deste Conselho e agradece a todos que aqui estão reunidos. Ressalta que tratar da desburocratização é fundamental para que o Governo esteja sensível às necessidades dos setores produtivos e de quem empreende no nosso Estado.

O **Secretário Lamb** retoma a reunião cumprimentando a todos os empreendedores, todos os representantes da sociedade, dos órgão já mencionados Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores, Bancos, Agência Reguladoras, sintam-se todos cumprimentados, é um grande privilégio estar com os Senhores. Passa, então, a pauta e a respectiva apresentação.

DECRETO DA POLÍTICA DE RELACIONAMENTO DO ESTADO COM O USUÁRIO/VOTAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE USUÁRIOS, PELO CEDE

O **Secretário Lamb** passa a palavra para a **Secretária-Adjunta da SGGE, Sra. Izabel Matte**, que agradece a participação de todos e discorre sobre a importância deste trabalho, o Decreto da Política de Relacionamento do Estado com o Usuário e o quanto poderemos minimizar ao máximo as dificuldades para o cidadão. Este decreto traz em sua estrutura questões bem formatadas com três projetos específicos:

- o RS.GOV.BR;
- DescomplicaRS; e
- Canais Integrados de Atendimento.

Ratifica o quanto este projeto é importante para o Governo, está sendo monitorado e dada a agilidade necessária para que se possa avançar; é um prazer poder conversar com todos e colocar à disposição deste Conselho a sua análise, as suas observações para que todos possam estar na mesma base/fase e agradece a participação de todos.

O **Secretário Lamb** apresenta ações realizadas por meio da Linha do Tempo – de 03/05/2019 a 01/07/2020 e passa palavra para a Subchefe Jurídica da Casa Civil, Dra. Maria Patrícia Möllmann, continuar com a apresentação sobre o Decreto.

Dra. Maria Patrícia – sobre **Decreto da Política de Relacionamento do Estado com o Usuário** inicia sua explanação, fazendo um link com a Mandala referida pela Secretária Izabel, para que possa entender o desafio colocado ao Grupo de Trabalho na criação do Decreto, foi necessário conhecer os serviços do Estado ao Cidadão. Estudou-se várias legislações federais que tratam dos direitos do usuário, da prestação dos serviços



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
11/2020

Folha
2

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
03/07/2020

Responsável
Neusa Bueno



públicos, a própria Lei da Liberdade Econômica, o sistema de Ouvidoria a nível estadual, ou seja, como o Estado presta esses serviços para o cidadão e como o empresário avalia os serviços prestados pela Administração Pública

O que é - reúne as principais normas de **direitos e deveres do usuário** (cidadão ou empresa) e da **administração** pública na prestação de serviços e as ferramentas para acompanhar, avaliar e aprimorar esta prestação

Para que serve – para criar uma regra geral de conduta em todos os serviços prestados, que com o tempo levará a uma prestação de serviço mais uniforme e mais transparente (nos meios e nas exigências).

Nesse sentido, cita algumas ferramentas que levarão a prestação dos serviços a ficar mais uniforme transparente: o Portal Unificado dos Serviços, Avaliação dos Serviços Públicos, a questão do Login Único – RS.GOV.BR.

Dr. Tomás Holmer – Coordenador Jurídico da SGGE apresenta as etapas da elaboração do Decreto:

- formação de equipe com diversas Secretarias e órgãos para adaptar à prestação dos serviços;
- analisaram a legislação federal e estadual, todas as que tratam sobre o serviço público;
- construíram o texto base direcionado ao cidadão;
- incluindo as questões relacionadas aos projetos e serviços prestados;
- validaram a minuta do Decreto com os órgãos afins, como DETRAN e TUDO FÁCIL, foi realizado o III Workshop DescomplicaRS com todos os Jurídicos das Secretarias, Setoriais da PGE RS e Gestores locais – da LAI e das Ouvidorias de onde vem as demandas do cidadão.

Portanto, após todas estas etapas concluídas, está sendo apresentado, hoje, o Decreto para o conhecimento deste Conselho, aberto a sugestões, nesses próximos dias, para que se possa publicá-lo no mês de agosto.

Dr. Tiago Bona – Procurador do Estado e Agente Setorial na SGGE RS – cumprimenta o Secretário e agradece a todos os presentes pela participação. Apresenta algumas das Entregas do Decreto, destacando quatro que decorrem em agilidade e simplificação deste relacionamento:

- a exigência de apresentação apenas CPF em substituição a outros documentos;
- a documentação por meio eletrônico;
- a prestação digital de serviços em portal integrado com login único do cidadão; e
- a presunção de boa-fé do usuário.

Nesse aspecto, destaca que para redução das exigência de documentos e informações ao usuário, o Decreto traz algumas modificações, diretrizes importantes e relevantes, previstos nos artigos 11 e 12 do Decreto:

Não exigir reconhecimento de firma - Confrontar assinatura com o documento de identidade ou lavar autenticidade da assinatura feita na presença do servidor;

Não exigir cópia autenticada - servidor atesta a autenticidade comparando o original e a cópia

Não exigir juntada de documento pessoal do usuário - poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio servidor

Não exigir certidão de nascimento - poderá ser substituída por RG, CTPS, passaporte, título de eleitor (entre outros)

Não exigir apresentação de autorização com firma reconhecida para viagem de menor - se os pais estiverem presentes no embarque;

Não exigir título de eleitor - exceto para votar ou para registrar candidatura;

Não exigir prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido - registrar onde se encontra documento comprobatório utilizado (processo e folhas)

Dra. Maria Patrícia – Conselho de Usuários é uma das ferramentas para apoiar essa avaliação e melhoria dos serviços públicos; logo a proposição de trazer este Conselho para o CEDE, ele tem ganhos de eficiência e



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
11/2020

Folha
3

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
03/07/2020

Responsável
Neusa Bueno



eficácia na administração pública e evita-se mais um Conselho em paralelo, uma vez que aqui já se trata de desburocratização e empreendedorismo sob o ponto de vista do usuário final dos serviços públicos, fazendo com que passe a acompanhar e monitorar os serviços públicos prestados pelo Estado sob a perspectiva do empreendedor.

O que é?

- São órgãos colegiados, com composição Estado e sociedade
- Regidos pela Lei Federal 13.460/2017, (regula prestação de serviços públicos)
- Tem de natureza consultiva para acompanhamento da prestação e da avaliação dos serviços públicos

Quais são as atribuições?

- Acompanhar a prestação dos serviços
- Participar na avaliação da qualidade e efetividade da prestação dos serviços públicos
- Propor melhorias na prestação dos serviços
- Contribuir na definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário
- Acompanhar e avaliar a atuação do ouvidor

Como funciona?

- A partir de suas atribuições legais, os órgãos do Estado levam aos Conselhos de Usuários as informações necessárias para o acompanhamento e avaliação na prestação dos serviços públicos
- Estabelecimento de diretrizes de políticas públicas para melhoria dos serviços, acompanhamento da evolução destes serviços e de soluções de pontos críticos a partir da avaliação dos serviços.

Alteração do Decreto do CEDE para inclusão do Conselho de Usuários - Proposta de inclusão Decreto 54.423/2018, art.3º

XI – acompanhar, participar da avaliação e propor melhorias na prestação de serviços públicos que atendam ao setor empreendedor, bem como contribuir na definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário destes serviços públicos e acompanhar e avaliar a atuação da Ouvidoria, atuando na qualidade de Conselho de Usuários.

Dra. Maria Patrícia – esclarece ao Secretário Lamb que esta é a proposta que está na pauta para os Conselheiros do CEDE avaliar.

Secretário Lamb – cita os Conselheiros André Godoy, Walter Lídio, Daniel Santoro, Elis Radman, Leonardo Lamachia, José Renato Hopf e Marlos Schmidt para proceder a votação e incorporação das atribuições do Conselho de Usuários pelo CEDE.

Conselheiro, Sr. Daniel Santoro – é favorável e considera pertinente a proposta por conseguir olhar a desburocratização e o empreendedorismo a partir do olhar do cliente; com esse Decreto incluiremos dentro do nosso escopo e teremos legitimidade para conduzir todos os processos de desburocratização com olhar do usuário final e não da atividade meio, vota a favor.

Conselheiro, Sr. Walter Lídio – vota a favor, pois com o Conselho de Usuários estamos vendo o efeito do que foi proposto na prática, teremos os principais controles para ter desempenho desses processos redesenhados.

Conselheiro, Sr. André Godoy – vota favorável e dá congratulações, porque essa inclusão demonstra a orientação não só deste Conselho, mas do Governo do Estado no sentido de estar a serviço do cidadão.

Conselheiro, Sr. Marlos Schmidt – vota favorável.

Conselheiro, Sr. José Renato Hopf – vota favorável e considera excelente iniciativa.



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
11/2020

Folha
4

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
03/07/2020

Responsável
Neusa Bueno



Conselheira, Sra. Elis Radman – vota favorável, pois ficou muito satisfeita com tudo o que ouviu e, principalmente, pela perspectiva de dar mais ampliação ao foco no cidadão e dá os parabéns pelo trabalho.

Conselheiro, Dr. Leonardo Lamachia – vota favorável.

O Secretário Lamb agradece o voto do Conselheiro, Dr. Leonardo, e diz que a votação teve resultado positivo por unanimidade.

RECEITA 2030 - SEFAZ

Secretário Lamb – dá continuidade à pauta, chamando o Subsecretário Édson André Moura para fazer a sua apresentação sobre Receita 2030.

Dr. Tomás Holmer – justifica as próximas três apresentações, informando que, na última reunião do CEDE, foi solicitado pelos Conselheiros e Convidados Permanentes, linhas de crédito, em meio à Pandemia, para ajudar o empreendedor, por isso, trouxemos o BADESUL, o BANRISUL e a Receita 2030 pela SEFAZ RS.

Sr. Édson André Moura – comunica que o Subsecretário Ricardo Neves não foi possível a sua participação nesta reunião porque está na agenda do Governador. O Receita 2030 é um investimento público e o conjunto de 30 medidas está fechando 1 (um) ano para avançar na desburocratização. Foi lançado em junho de 2019 com objetivo de aumentar a arrecadação, um incentivo à concorrência leal, bem como está alinhado ao Mapa Estratégico do Governo RS; Estado Sustentável, Governança e Gestão, Sociedade com Qualidade de Vida e Desenvolvimento Empreendedor. A base do programa está o novo modelo de atuação que se chama Pirâmide de Conformidade seria uma segmentação, os contribuintes com intenção de cumprir ou não a legislação e o papel do fisco é facilitar, tornar mais simples possível para ele cumprir com as suas obrigações. Os resultados esperados são:

- Mais desenvolvimento
- Mais arrecadação
- Menos custo

Receita Estadual: digital, moderna, eficiente e inovadora = Cooperação: competitividade, simplificação, ambiente de negócios e segurança jurídica.

Conselheiro, Sr. Daniel Santoro – tem participado do Comitê Tributário do COVID-19, representando o Transforma RS e, em reunião, ontem, teve a oportunidade de dizer ao Secretário Marco Aurélio e ao Subsecretário Ricardo Neves que é preciso comunicar melhor os importantes avanços realizados pela SEFAZ, passar para sociedade, um aspecto de melhoria é trazer uma Édson André Moura condição justa para aqueles que estão regularizados e os que não estão; se não for uma condição tributária isonômica não é possível avançar.

Conselheiro, Sr. Marlos Schmidt – sobre um assunto que trouxe para o Conselho em outra data sobre uma exigência que se faz para as empresas que se chama Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais, solicita avaliação, por parte do SEFAZ, quanto a possibilidade de mitigar ou excluir esta exigência, pois é um item burocrático que exige da empresa uma movimentação quase como uma transportadora e propõe que se faça um debate sobre este assunto em uma nova oportunidade.

APRESENTAÇÃO DE LINHAS DE CRÉDITO BADESUL

O **Secretário Lamb** registra o pleito do Conselheiro Marlos e chama a Presidente do BADESUL, Jeanette Lontra, para apresentar a sua pauta.

Sra. Jeanette Lontra – Presidente do BADESUL Agência de Fomento do Estado do RS – parabeniza o Governo pela iniciativa de criar o CEDE e diz que o Badesul também está buscando facilitar o acesso ao crédito e que fará uma pequena apresentação institucional – qual o papel de uma agência de fomento. É diferente de um banco comercial, trabalham mais no longo prazo, com consultorias, soluções financeiras para o setor público, privado, empresarial e para os produtores rurais, principalmente com pessoas jurídicas e somente no



ATA DE REUNIÃO

Ata Número

11/2020

Folha

5

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início

10:30

Data da reunião

03/07/2020

Responsável

Neusa Bueno



NOVAS FAÇANHAS

NA GOVERNANÇA E
GESTÃO ESTRATÉGICA

agronegócio que atua com pessoa física e que atuam só no RS. Fontes e Recursos Disponíveis:

- BNDES/FINAME
- Fundos Estaduais
- Recursos Próprios
- FUNGETUR
- Caixa Econômica Federal
- FINEP

Aderência à Agenda Mundial proposta pela ONUBR (até 2030) – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as Áreas de Atuação; Política Operacional; Documentação (etapa Cadastral); Projeto de Crédito – Fluxograma; Linhas de Crédito; Programas voltados à inovação; Linhas para o Agronegócio; Ações de Gestão, Linhas Emergenciais e Condições Especiais no Crédito – COVID-19;

APRESENTAÇÃO DE LINHAS DE CRÉDITO BANRISUL

O Secretário Lamb – agradece a Presidente do BADESUL e para o Presidente do BANRISUL, Claudio Coutinho fazer a sua apresentação sobre as linhas de crédito do Banco.

Sr. Claudio Coutinho, cumprimenta a todos e agradece pela oportunidade e esclarece que o BANRISUL é um banco comercial, também tem uma linha de desenvolvimento, de financiamento, tem diversas linhas para pessoas físicas, micro, pequenas e grandes empresas. Logo que iniciou a crise do COVID-19, com emergência de saúde e financeira, o Banco criou a linha chamada REPAC – que repactuava os pagamento devidos ao BANRISUL de micro e pequenas empresas, além disso, criaram um extra limite de 10% para todas as micro, pequenas e médias empresas para que pudessem ter um crédito adicional. Em termos de linhas de crédito, informa que eles têm todas as modalidades de crédito para micro e pequenas empresas; capital de giro, garantias; porém as empresas que perderam o faturamento é um problema pela falta de garantias. Estão em parceria com o SEBRAE em um processo que permita operar crédito com garantia do FAMPE, fundo garantidor do SEBRAE. Também concederam crédito para a linha que o Governo lançou com o objetivo de financiar folha de pagamento - Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese). Concluíram o processo de habilitação do Banco do Brasil para operar o PRONAMPE que tem 100% de garantia do Fundo FGO. Lançaram o REPAC II para que as empresas possam refinanciar as seis próximas parcelas, uma nova carência de seis meses para pagar em 30 meses aberto para pequena e média empresa, comunica, ainda, que não vão negativar nenhuma empresa inadimplente com o Banrisul, desde que a crise se instalou, e não protestariam os títulos das companhias que não honrasse com os seus compromissos junto ao Banco. Anunciaram o Plano Safra para agricultura do RS e para agricultura familiar o PRONAF e, por último, pede para registrar que estão em processo final do Programa de Microcrédito em parceria com a SGGE RS, Secretário Claudio Gastal, um projeto assistido para microempresas que estão em dificuldades nesse momento, bem como estão dando carência de seis meses para os repasses do BNDES. Conclui que são as ações do Banrisul focadas nas micro e pequenas empresas.

APRESENTAÇÃO ECONOMIA RS – FÓRUM DE COMBATE AO COLAPSO SOCIAL E ECONÔMICO

O Secretário Lamb solicita ao **Diretor do EDP, Hiparcio Stoffel**, iniciar o seu painel, o qual faz a sua apresentação sobre a iniciativa de um níveis de atuação do Projeto que trabalho para promover a economia do RS, organizando projetos, programas que, pós COVID-19, possamos tornar mais dinâmico no esforço de retomada da atividade econômica do Estado. Assim, mostra o conjunto, a estrutura que estão idealizando fazer com agentes do governo, parceiros externos como o SEBRAE – conjunto de medidas que tem se chamado economia RS. São quatro eixos de trabalho:

- Indivíduo - STAS / Empregabilidade.
- Empresa – SEFAZ, BADESUL, BRDE, BANRISUL / Integração oferta e demanda.
- Setores Produtivos – ALRS (Fórum de Combate ao Colapso Econômico), SICT / Produtividade da cadeia produtiva.



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
11/2020

Folha
6

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
03/07/2020

Responsável
Neusa Bueno



- Mercado – SEDETUR / Incentivo ao consumo do produto gaúcho.

Encerra que é uma agenda plural e um projeto a ser compreendido muito mais de estado do que de governo, na medida em que será integrado iniciativas para que se possa rapidamente dar apoio ao indivíduo, às empresas, aos setores econômicos e à própria dinâmica de mercado.

ENCAMINHAMENTOS:

O Secretário Lamb coloca à disposição dos Conselheiros um tempo para suas manifestações, mas, antes, registra que temos a demanda do Conselheiro Marlos e do Desembargador Ney Wiedemann Neto.

Conselheiro Marlos Schmidt – propõe que se discuta sobre a seguinte situação: a cada movimento de carga realizada por um funcionário, para fora da empresa, ela deve registrar nesse manifesto, via site, esse movimento através de informações da nota fiscal. Tendo em vista, falha no sinal do Conselheiro, o Subsecretário da Receita Estadual, Édson André Moura, indica que fez o registro e poderá dar o retorno sobre a demanda. Sr. Tomás Holmer ratifica ao Conselheiro Marlos que a sugestão do Subsecretário e, na próxima reunião, será tratado sobre este pleito.

Desembargador Ney Wiedemann Neto – informa que enviou e-mail com material do TJ RS para, se possível, possa ser encaminhado aos participantes. Refere-se ao Centro de Mediação Empresarial Virtual, no qual as empresas poderão fazer uso desse serviço que o Tribunal disponibiliza no site para negociação de situações de dívidas com bancos, fornecedores, assim como empresas em dificuldades ou com situação de falência, de recuperação judicial ou mesmo que não estejam assim, judicializadas, podem fazer uma negociação com os mediadores do TJ RS e virtualmente.

Dr. Tomás Holmer – diz que será encaminhado material aos Conselheiros e solicita que se faça uma apresentação para a próxima reunião do CEDE de 07/08/2020 e passa palavra aos Conselheiros para seus comentários.

MANIFESTAÇÕES DOS CONSELHEIROS

Conselheiro André Godoy – manifesta-se em relação a Presidente Jeanette e o Presidente Coutinho, ambos participam do Conselho do SEBRAE, para congratular-se com a apresentação de ambos, pelo olhar que estão tendo para os micro e pequenos empresários no RS, através das linhas que têm trabalhado para chegar recursos aos empreendedores.

Cumprimenta o Sr. Hiparcio pelo movimento da Economia RS que já tem soluções e produtos que possam se enquadrar em algumas das linhas de atuação que estão sendo propostas e o Desembargador Ney Wiedemann pelo programa de medição uma vez que as pequenas empresas têm muito dificuldade de negociar com os seus credores.

Conselheiro Leonardo Lamachia – cumprimenta o Secretário pela condução da reunião, a todos pelas apresentações e parabeniza o TJ RS, Desemb. Ney Wiedemann, por esse projeto de mediação, lembrando que a OAB foi pioneira nessa questão, com a Casa de Mediação, e o Tribunal sempre se mostrou aberto, sendo esta ferramenta muito importante para as pequenas e médias empresas, mas para desafogar o Judiciário que hoje tem a sua capacidade instalada com dificuldade de dar conta de uma imensa demanda. Considera uma ferramenta moderna e que vai nos auxiliar na desburocratização.

Conselheiro Daniel Santoro – diz que este Fórum é muito importante, apesar das dificuldades atuais que estamos vivenciando temos mantido, principalmente, o Comitê de Governança, composto pela Dra. Maria Patrícia Mollman, Dr. Tiago Bona, Dr. Tomás Holmer, Carolina Scarparo do EDP, Janaína Zago e Claudia Cittolin do SEBRAE, e a Neusa Bueno, temos conseguido priorizar os assuntos, em especial, Pres. Godoy, aqueles assuntos mais relevantes e de impacto ao empreendedorismo que está vivendo hoje, esse cenário que ninguém pode prever o que será; entendemos que este Fórum conseguiu congrega diferentes instâncias de poderes, sociedade civil, setor produtivo. Particularmente tem depositado um valor enorme nele, se tornou um espaço de diálogo, de diversidade frente ao grande volume de demandas, pois para a próxima reunião já temos uma apresentação do TJ RS, interesse da Procergs em apresentar todo o trabalho que vem desenvolvendo, da simplificação das operações dos serviços públicos durante a Pandemia e uma série de outros candidatos a trazer temas porque entendem que este Fórum é diferenciado tanto para dar visibilidade às boas conquistas



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
11/2020

Folha
7

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
03/07/2020

Responsável
Neusa Bueno



como para apresentar os gargalos que os nossos colegas trouxeram, inclusive o Cons. Marlos; pois se consegue avançar com a determinação e boa vontade de todos. Relata que sempre trabalhou no sistema privado e às vezes se assusta com as dificuldades do sistema público; precisou reunir-se com alguns colegas do governo para tratar de doações e muitas vezes é preciso passar por duas ou três Secretarias, dois, três Departamentos Jurídicos, cada um dentro da sua legitimidade, da sua prerrogativa de função, mas vê uma boa vontade excelente dentro da estrutura pública de tentar superar essas condicionantes legais para por o beneficiário, o usuário em primeiro lugar; é uma mudança de cultura que não passa somente pelo serviço público, mas por toda sociedade. Acredita que tem que se entender, saber valorar aqueles que estão fazendo estas entregas, como tantas que estão sendo vistas aqui neste Fórum, pois só assim conseguiremos retroalimentar o sistema e dar vazão para que outras benfeitorias seja realizadas nesta linha. Então, em nome do Comitê de Governança pede mantenhamos o engajamento apesar das dificuldades virtuais e agradece a todos.

Dr. Tomás Holmer – anuncia que o Decreto da Política de Relacionamento com o Usuário é mais uma etapa, mais uma entrega do Descomplica RS, que acredita-se poder publicar em agosto, com a presença do Governador e que já se deu início a uma nova entrega, uma nova ação do Grupo de Trabalho Revisão Legal que é a revisão das normas da legislação do FUNDOPEM, paralelo a isso a PROCERGS e o EDP já estão em tratativas quanto ao sistema do FUNDOPEM para tornar ele digital, um dos programas mais importantes do Estado.

Secretário Lamb – não havendo mais manifestações agradece a participação de todos e dá por encerrada a reunião.

CONSELHEIROS DO CEDE
SGGE RS – Izabel Matte
Casa Civil – Eriton G Talarico
SEFAZ RS – Édson André Moura
SEDETUR RS – ELISANGELA FERNANDES
SICT RS – LUIS DA CUNHA LAMB
PGE RS – HENRIQUE ZANDONÁ
SEBRAE RS – ANDRÉ VANONI DE GODOY
DANIEL SANTORO
WALTER LÍDIO
LEONARDO LAMACHIA
ELIS RADMAN
MARLOS SCHMIDT
JOSÉ RENATO S HOPF
PROJETO DESCOMPLICA RS – COORDENADORIA
SGGE RS/ASSJUR - TOMÁS HOLMER
PGE RS/AGENTE SETORIAL - TIAGO BONA